

Relatório Leis Municipais sobre Coleta e processamento de Dados nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba

Danilo Doneda

Sumário

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	1
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	5
MUNICÍPIO DE CURITIBA	8

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

1. Quais leis nacionais regulam a coleta e uso de dados pessoais?
 - a) [Lei nº 872](#), de 11 de junho de 1986.
 - b) [Lei nº 4995](#), de 17 de março de 2009.
 - c) [Decreto nº 44.399](#), de 11 de abril de 2018.
 - d) [Decreto nº 44.745](#), de 19 de julho de 2018.
2. A quem as leis se aplicam?
 - a) Entidades que gerenciem bancos de dados municipais.
 - b) Prestadores de serviço público de saúde e entidades, públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas pelo Poder Público municipal.
 - c) Prestadores de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, intermediado por plataformas digitais gerenciadas por Provedoras de Redes de Compartilhamento – PROVER.
 - d) Órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo municipal; as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município; e, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
3. Quais dados são regulados?
 - a) Informações sobre cidadãos, em que eles são nominados.
 - b) Dados de saúde.

- c)** Dados referentes a motoristas e usuários, no contexto da prestação de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, intermediado por PROVER.
- d)** Informações de interesse público mantidas por entidades administrativas, inclusive quando se referirem a pessoa natural identificada ou identificável.
4. Quais atos são regulados (por exemplo, coleta, armazenamento, retenção, etc)?
- a)** Coleta, utilização, acesso, arquivamento e modificação.
- b)** Coleta, produção, classificação, utilização, acesso, processamento, avaliação, arquivamento e armazenamento.
- c)** Coleta, utilização, acesso, processamento e armazenamento.
- d)** Produção, classificação, acesso, reprodução, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão.
5. Qual é o escopo jurisdicional das regras (federal, estadual, municipal, global)?
- a-d)** Município do Rio de Janeiro.
6. Quais são as principais obrigações impostas aos controladores de dados para garantir que os dados sejam processados corretamente?
- a)** Proibição do uso dos dados para fins diversos do(s) original(is); Dever de correção e retificação dos dados.
- b)** Informar de forma clara, objetiva e compreensível sobre condutas e procedimentos médicos; entregar por escrito o diagnóstico e o tratamento indicado, com a identificação do nome do profissional e o seu número de registro no órgão de regulamentação e controle da profissão; informar quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa.
- c)** Assegurar o acesso ao serviço, vedada a discriminação sem justa causa; disponibilizar ao Município os relatórios e as estatísticas periódicos relacionados às viagens iniciadas, finalizadas ou não, rotas e distâncias percorridas, com a finalidade de subsidiar o planejamento da mobilidade urbana e possibilitar o acompanhamento e fiscalização do serviço fornecido, sem prejuízo do direito à privacidade e à confidencialidade dos dados pessoais dos usuários e motoristas; registrar, gerir e assegurar a veracidade das informações prestadas pelos motoristas prestadores de serviço.
- d)** O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, à vida privada, à honra e a imagem das pessoas, bem como à liberdade e às garantias individuais; O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente; A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

7. O consentimento dos titulares de dados é necessário antes do processamento de dados pessoais?
- a) Não, salvo para a utilização da informação para finalidade distinta da originária.
 - b) Sim.
 - c) Não.
 - d) Sim, no caso de terceiros autorizado a acessar dados pessoais de outrem.
8. Se o consentimento não for dado, em que outros motivos (se houver algum) o processamento pode ser justificado?
- a) Não há previsão.
 - b) Para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; para a realização de estudos por órgão de pesquisa.
 - c) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo responsável; pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas.
 - d) Acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados; à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico; realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei; cumprimento de decisão judicial; para defesa de direitos humanos de terceiros; proteção do interesse público geral e preponderante.
9. Existem regras especiais aplicáveis a determinados tipos de dados pessoais, como dados sensíveis?
- a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.
10. Que informação deve ser fornecida aos titulares dos dados a fim que o consentimento à coleta dos dados pessoais seja informado?
- a) Não há previsão.
 - b) Sobre as condutas e procedimentos médicos.
 - c) Não há previsão.
 - d) Não há previsão.
11. Que direitos específicos são concedidos aos titulares dos dados (apagamento ou correção de dados, portabilidade de dados, etc.)?
- a) Acesso, correção e retificação de dados.
 - b) Acesso, em qualquer momento, ao respectivo prontuário médico.
 - c) Não há previsão.
 - d) Acesso.
12. Quais são os requisitos de segurança impostos em relação aos dados pessoais?
- a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.

- c) Não há previsão.
 - d) Não há previsão.
13. Existe um requisito de notificar os titulares de dados ou qualquer autoridade em caso de violações de dados pessoais (*data breaches*)?
- a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.
14. Existem requisitos adicionais que se apliquem quando um terceiro processa os dados em nome do controlador de dados?
- a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.
15. Quais regras regulam a transferência de dados fora de sua jurisdição?
- a) Não se aplica.
 - b) Não se aplica.
 - c) Não se aplica.
 - d) Não se aplica.
16. Quais são os poderes de execução do regulador nacional?
- a) Não há previsão
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Não há previsão.
17. Quais são as sanções e remédios para o não cumprimento das leis de proteção de dados?
- a) Da advertência até a demissão do agente responsável pela recusa ao acesso ou à correção dos dados.
 - b) Há previsão genérica, referindo-se a sanções administrativas, civis e penais.
 - c) Não há previsão específica.
 - d) *Habeas data*; advertência; multa; rescisão do vínculo com o Poder Público; suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade; responsabilidade civil pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1. Quais leis nacionais regulam a coleta e uso de dados pessoais?
 - a) Lei nº 13.671, de 26 de novembro de 2003. Regulamentada pelo Decreto nº 48.421, de 6 de junho de 2007.
 - b) Lei nº 16.839, de 8 de fevereiro de 2018.
 - c) Lei nº 16.129, de 12 de março de 2015.
 - d) Lei nº 14.413, de 31 de maio de 2007.

2. A quem as leis se aplicam?
 - a) Hospitais da rede pública ou privada, outras unidades de atendimento de urgência e emergência e nos demais serviços públicos que possam atender vítimas de violência no Município de São Paulo. Entende-se por violência “ação ou omissão que resulte em dano à integridade física, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano”.
 - b) Secretaria Municipal de Saúde e qualquer Unidade de Saúde.
 - c) Órgãos públicos municipais.
 - d) Prestadores de serviço público de saúde e entidades, públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas pelo Poder Público municipal.

3. Quais dados são regulados?
 - a) Informações para definição minuciosa do perfil de violência ocorrido, “ressalvados os aspectos éticos”.
 - b) Dados sobre vacinação de crianças e cidadãos.
 - c) Dados referentes a raça/cor.
 - d) Dados de saúde.

4. Quais atos são regulados (por exemplo, coleta, armazenamento, retenção, etc)?
 - a) Coleta e armazenamento em banco de dados.
 - b) Armazenamento em banco de dados em suporte eletrônico.
 - c) Coleta, produção, classificação, armazenamento e avaliação.
 - d) Coleta, produção, classificação, utilização, acesso, processamento, avaliação arquivamento e armazenamento.

5. Qual é o escopo jurisdicional das regras (federal, estadual, municipal, global)?

a-d) Município de São Paulo.

6. Quais são as principais obrigações impostas aos controladores de dados para garantir que os dados sejam processados corretamente?
 - a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Informar de forma clara, objetiva e compreensível sobre condutas e procedimentos médicos; entregar por escrito o diagnóstico e o tratamento indicado, com a identificação do nome do profissional e o seu número de

registro no órgão de regulamentação e controle da profissão; informar quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa

7. O consentimento dos titulares de dados é necessário antes do processamento de dados pessoais?
 - a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Sim.

8. Se o consentimento não for dado, em que outros motivos (se houver algum) o processamento pode ser justificado?
 - a) Obrigação prevista em lei de preenchimento do instrumento de coleta de dados sobre a violência praticada; execução de política pública.
 - b) Obrigação prevista em lei; para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias.
 - c) Execução de política pública.
 - d) Para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; para a realização de estudos por órgão de pesquisa.

9. Existem regras especiais aplicáveis a determinados tipos de dados pessoais, como dados sensíveis?
 - a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.

10. Que informação deve ser fornecida aos titulares dos dados a fim que o consentimento à coleta dos dados pessoais seja informado?
 - a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Sobre as condutas e procedimentos médicos.

11. Que direitos específicos são concedidos aos titulares dos dados (apagamento ou correção de dados, portabilidade de dados, etc.)?
 - a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Acessar a qualquer momento o respectivo prontuário médico.

12. Quais são os requisitos de segurança impostos em relação aos dados pessoais?
 - a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Não há previsão.

13. Existe um requisito de notificar os titulares de dados ou qualquer autoridade em caso de violações de dados pessoais (*data breaches*)?
- a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.
14. Existem requisitos adicionais que se apliquem quando um terceiro processa os dados em nome do controlador de dados?
- a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.
 - d) Não.
15. Quais regras regulam a transferência de dados fora de sua jurisdição?
- a) Não se aplica.
 - b) Não se aplica.
 - c) Não se aplica.
 - d) Não se aplica.
16. Quais são os poderes de execução do regulador nacional?
- a) Multa de R\$ 5.000,00 ou, em caso de reincidência, de R\$ 10.000,00, caso não haja a coleta dos dados.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Não há previsão.
17. Quais são as sanções e remédios para o não cumprimento das leis de proteção de dados?
- a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
 - d) Suspensão imediata da transferência dos recursos do Sistema Único de Saúde à entidade, de qualquer natureza, infratora.

MUNICÍPIO DE CURITIBA

1. Quais leis nacionais regulam a coleta e uso de dados pessoais?
 - a) Lei nº 14.445, de 20 de maio de 2014.
 - b) Lei nº 9.000, de 27 de dezembro de 1996.
 - c) Decreto nº 1.302, de 18 de julho de 2017.

2. A quem as leis se aplicam?
 - a) Poder Público municipal.
 - b) Prestadores de serviço público de saúde e entidades, públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas pelo Poder Público municipal.
 - c) Empresas responsáveis pela intermediação entre os motoristas prestadores de serviço e os usuários, em transporte individual remunerado de passageiros.

3. Quais dados são regulados?
 - a) Informações pessoais dos voluntários, a atividade profissional prestada e área de interesse da atuação.
 - b) Dados de saúde.
 - c) Dados necessários ao controle e à regulação de políticas públicas de mobilidade urbana, contendo, no mínimo: (i) data e hora do início e fim do trajeto; (ii) o tempo total e a distância da viagem e; (iii) o valor total pago e a discriminação de seu cálculo.

4. Quais atos são regulados (por exemplo, coleta, armazenamento, retenção, etc)?
 - a) Armazenamento e acesso.
 - b) Coleta, produção, classificação, utilização, acesso, processamento, avaliação, arquivamento e armazenamento.
 - c) Coleta, utilização, acesso, processamento, transferência e armazenamento.

5. Qual é o escopo jurisdicional das regras (federal, estadual, municipal, global)?
 - a-c) Município de Curitiba.

6. Quais são as principais obrigações impostas aos controladores de dados para garantir que os dados sejam processados corretamente?
 - a) Não há previsão.
 - b) Informar sobre condutas e procedimentos médicos; manter diariamente atualizados registros e outros modos de arquivamento de dados sobre pacientes; sigilo profissional quanto à identidade dos portadores de doenças de notificação obrigatória.
 - c) Assegurar o acesso ao serviço, vedada a discriminação; disponibilizar ao Município os estudos e dados estatísticos periódicos, sem prejuízo do direito à privacidade e à confidencialidade dos dados pessoais dos usuários e motoristas.

7. O consentimento dos titulares de dados é necessário antes do processamento de dados pessoais?
 - a) Sim, pressupõe-se o ato de vontade do próprio titular dos dados para o cadastro.
 - b) Sim.
 - c) Não.

8. Se o consentimento não for dado, em que outros motivos (se houver algum) o processamento pode ser justificado?
 - a) Não há previsão.
 - b) Para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias.
 - c) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas; quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

9. Existem regras especiais aplicáveis a determinados tipos de dados pessoais, como dados sensíveis?
 - a) Não.
 - b) Sim, em casos de doenças de notificação compulsória.
 - c) Não.

10. Que informação deve ser fornecida aos titulares dos dados a fim que o consentimento à coleta dos dados pessoais seja informado?
 - a) Não há previsão.
 - b) Sobre todas as etapas do tratamento, formas alternativas, métodos específicos a serem utilizados, possíveis sofrimentos decorrentes, riscos, efeitos colaterais e benefícios do tratamento.
 - c) Não há previsão.

11. Que direitos específicos são concedidos aos titulares dos dados (apagamento ou correção de dados, portabilidade de dados, etc.)?
 - a) Não há previsão.
 - b) Sigilo e confidencialidade dos dados; acesso aos exames, laudos, prontuários e todos os resultados de exames de apoio diagnóstico.
 - c) Sigilo e confidencialidade dos dados.

12. Quais são os requisitos de segurança impostos em relação aos dados pessoais?
 - a) Não há previsão.
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.

13. Existe um requisito de notificar os titulares de dados ou qualquer autoridade em caso de violações de dados pessoais (*data breaches*)?
 - a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.

14. Existem requisitos adicionais que se apliquem quando um terceiro processa os dados em nome do controlador de dados?
 - a) Não.
 - b) Não.
 - c) Não.

15. Quais regras regulam a transferência de dados fora de sua jurisdição?
- a) Não se aplica.
 - b) Não se aplica.
 - c) Não se aplica.
16. Quais são os poderes de execução do regulador nacional?
- a) Não há previsão
 - b) Não há previsão.
 - c) Não há previsão.
17. Quais são as sanções e remédios para o não cumprimento das leis de proteção de dados?
- a) Não há previsão.
 - b) Há previsão de sanções administrativas: advertência escrita; multa; interdição parcial ou total, temporária ou definitiva, do estabelecimento; cassação da Licença Sanitária; cancelamento do alvará de funcionamento do estabelecimento.
 - c) Suspensão ou a cassação do credenciamento, menção feita a “sanções previstas na legislação em vigor”.

OBSERVAÇÃO:

O Decreto nº 1781, de 15 de dezembro de 2010, aprova e regulamenta a Política de Tecnologia de Informação do Município de Curitiba. O documento não regulamenta de forma imediata a atividade de tratamento de dados pessoais pela Municipalidade, entretanto, considerados seu escopo e diretrizes, pode ter significativa repercussão no panorama regulatório de cidade inteligente.

São objetivos da Política de Tecnologia da Informação (TI): **a)** Promover a cidadania digital através da transparência das ações da Administração Municipal e da oferta de serviços públicos municipais ágeis e acessíveis para todas as pessoas, inclusive portadores de necessidades especiais; **b)** Promover a inclusão social através do pleno acesso às tecnologias de informação e comunicação para todos os cidadãos; **c)** Promover a eficácia e a eficiência da Gestão Pública do Município.

Além disso, vale ressaltar que dentre as áreas de atuação da Política de TI do Município de Curitiba, estão contempladas aspectos críticos para o desenvolvimento de cidades inteligentes: infraestrutura, segurança da informação e novas tecnologias. A política estabelecida por servir de pavimento para ações que vão desde a aquisição de infraestrutura para ampliação de conectividade, *standards* de segurança informacional, até implementação sistemas de inteligência artificial em serviços públicos.